

As contradições do desenvolvimento urbano: entre o discurso inclusivo e a prática excludente

Angerlania da Costa Barros*
Samuel Carneiro de Maupeou**

Resumo: este artigo pretende refletir acerca do ordenamento urbano pelo qual passou Fortaleza no início dos anos de 1970, analisando como os principais objetivos do projeto do urbanista Hélio Modesto (1963) e do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza (PLANDIRF-1971) influenciaram na “expulsão disfarçada” dos moradores do Arraial Moura Brasil para o Conjunto Marechal Rondon. Discutem-se, também, as funções e os modos de ação do principal órgão municipal colaborador dessa política habitacional na capital cearense – a Fundação de Serviço Social de Fortaleza (FSSF). Assim, o texto divide-se em três momentos: primeiramente, analisa-se a FSSF enquanto um dos instrumentos da política de exclusão urbana na cidade de Fortaleza; em seguida, aborda-se a construção da Avenida Leste-Oeste, principal justificativa para a remoção do Arraial Moura Brasil, e, por fim, faz-se uma reflexão sobre a prática de retirar favelas.

Palavras-chaves: Remoção. Urbanização. Favelas.

The contradictions of the urban development: between the inclusive discourse and the exclusionary practice

Abstract: the following paper intends to consider the Fortaleza and its urban planning in the early 1970's by analyzing the main goals of the project designed by the urbanist Hélio Modesto (1963) and the Integrated Development Plan for the Metropolitan Region of Fortaleza (PLANDIRF – 1971) and how these two combined influenced the “masked expulsion” of the residents from Moura Brasil village to the Marechal Rondon housing state. We will also discuss the functions and modus operandi of the main municipal institution that collaborates in this Housing State Policy in Fortaleza- Social Service Foundation of Fortaleza (FSSF). Therefore, the text is divided into three moments: first, we analyze the FSSF as one of the instruments of the policy of urban exclusion in the city of Fortaleza; As well as the construction of East-West Avenue, the main justification for the removal of the Moura Brazil village and we conclude with a reflection on the practice of removing shanty town.

Keywords: Removal. Urbanization. Slumdogs.

A FSSF: o “disfarce” da política de exclusão urbana em Fortaleza

Em 1964, um dos programas criados pela Ditadura Militar foi a Política Nacional

* Mestranda em História e Culturas, na linha de Práticas Urbanas, pela Universidade Estadual do Ceará. Tem experiência na área de História, com ênfase em História, atuando principalmente nos seguintes temas: Urbanização, Políticas Habitacionais, Remoção de favelas, Capitalismo e Ensino de História. E-mail: angel_htaa@hotmail.com

** Doutor em História pela Université de Toulouse – Le Mirail (França). É professor de História nos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Estadual do Ceará (Uece). E-mail: samuelcdemaueou@yahoo.com.br

de Habitação¹, a qual era composta pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e pelo Banco Nacional de Habitação (BNH). Por ser um projeto nacional, a maioria dos estados brasileiros teve que implantá-lo em suas capitais, objetivando, segundo a historiadora Limária Mouta, desenvolver e ordenar o uso do espaço urbano e eliminar o maior incômodo das cidades à época, as favelas (MOUTA, 2012, p. 36-39).

Neste contexto, a cidade de Fortaleza, na tentativa de resolver este problema urbano (favelas) de forma mais eficaz e, segundo a sua realidade, elaborou, em 1973, o Programa Integrado de desfavelamento². Projeto este que tinha propostas parecidas com as da “reforma urbana” ocorrida no Rio de Janeiro, na década de 60, no governo de Carlos Lacerda. Este objetivava remover favelados das áreas centrais da cidade, particularmente da valorizada Zona Sul, transferindo-os para terrenos vazios na periferia (BRUM, 2013, p. 180-181). A retirada de moradores pobres e favelados das áreas centrais da capital cearense se deu, principalmente, para a abertura de avenidas.

O historiador Gisafran Jucá sugere que essa prática e a finalidade de remoção já existiam na cidade de Fortaleza desde 1948 e, sobretudo, aponta os moradores pobres como os mais prejudicados com estas ações, “quando da abertura da avenida que ligaria o centro ao porto de Mucuripe, em 1948, houve irregularidades nas indenizações de casas e terrenos localizados à margem daquela artéria. As injustiças cometidas atingiram sobretudo os mais pobres que ali habitavam” (JUCÁ, 2003, p. 75).

Essa prática excludente, apesar de já existir desde os anos 40, apresentou na década de 1970 um importante diferencial: o apoio da política habitacional dos militares. Outro fator foi o fortalecimento do combate ao maior problema urbano do país a partir da década de 60, a crescente multiplicação de favelas. Pois, os principais objetivos do Governo Militar, com a criação dessas políticas habitacionais, eram trazer benefícios econômicos através da construção civil, erradicar as aglomerações precárias e

¹ Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964/Art. 1º: “O Governo Federal, através do Ministro de Planejamento, formulará a política nacional de habitação e de planejamento territorial, coordenando a ação dos órgãos públicos e orientando a iniciativa privada no sentido de estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda.” Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4380.htm. Acesso em 10/03/2014.

² PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Programa Integrado de desfavelamento de Fortaleza**: estudo preliminar. Secretaria Municipal de Planejamento. Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza. Fundação do Serviço Social de Fortaleza. Fortaleza, 1973. s/p. Projeto urbano e habitacional da cidade de Fortaleza, criado no início da década de 70, com o objetivo de extinguir as zonas marginais (favelas) localizadas nas áreas centrais da cidade.

controlar o uso do espaço urbano.

A “porta de entrada” dessas políticas na capital cearense foi o plano urbanístico de Hélio Modesto ou o “Plano Diretor da cidade de Fortaleza”, elaborado em 1963 e aprovado pela lei nº 2.128.³ Este tinha como objetivo básico facilitar a circulação de pessoas e de produtos através do melhoramento dos trânsitos viários (rodovias, ferrovias, marítimo e aéreo), para que, atendendo às necessidades do tráfego, permitisse o futuro desenvolvimento da cidade.⁴

O problema das favelas também foi muito pensado por Modesto e, ainda que não o possamos afirmar, ao que parece a sua proposta de criação de um “Serviço Social de favelas, para realizar campanhas de educação e um estudo mais apurado desses aglomerados”⁵ talvez já fosse o indício do surgimento do principal órgão executor e mediador do plano urbanístico local e habitacional nacional, a Fundação de Serviço Social de Fortaleza (FSSF). Se a Fundação foi criada ou não a partir do pedido do urbanista, não podemos saber, mas, tanto as suas características como as suas finalidades assemelhavam-se bastante à proposta de Hélio Modesto.

Enquanto o Plano Diretor foi elaborado e aprovado nos primeiros meses de 1963, a Fundação o fora em 26 de outubro do mesmo ano, através da lei nº 2.486. Ambos foram aprovados pelo Prefeito General Murilo Borges (1963-1967). A Fundação de Serviço Social, segundo a assistente social Paula R. S. Jales, “era uma autarquia, com autonomia administrativa, financeira e com patrimônio próprio. Suas rendas provinham de dotações orçamentárias fixadas em lei, ajudas e subvenções de qualquer origem, atestando sua capacidade de captação de recursos” (JALES, 2012, p. 13). Esta foi uma das razões que permitiram aos setores altos e médios da capital “encomendar-lhe” serviços de retirada de moradores que ocupavam terrenos particulares:

A Fundação era procurada por proprietários de terrenos ocupados para realizar a remoção e indenização das famílias. O proprietário pagava 20% do valor do terreno à instituição e esta concretizava o desfavelamento, revelando que a política habitacional adotada também favoreceu o processo de acumulação de capital (JALES, 2012, p. 72).

³ Lei nº 2.128, de 20 de março de 1963. Em seu artigo primeiro, fica aprovado o Plano Diretor da cidade de Fortaleza, elaborado pelo urbanista Hélio Modesto.

⁴ Plano Diretor da Cidade de Fortaleza. Lei nº 2.128 de 20 de março de 1963. Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1969. p. 7-16.

⁵ Ibid., p. 35.

Entretanto, antes da FSSF ter atuado mais fortemente no problema habitacional, ela já havia desempenhado outras funções: nas áreas de educação, dando bolsas de estudo a crianças carentes e organizando a realização do antigo MOBRAF⁶; na questão do trabalho e da renda, através de cursos profissionalizantes; na alimentação, “revendendo gêneros de primeira necessidade a preços muito inferiores aos da praça”⁷ e até “instalou aparelhos de televisores em vários bairros da capital.”⁸

Segundo Mota, a Fundação era dirigida por um superintendente indicado pelo prefeito (MOTA, 1982, p. 16). Essa escolha, para nós, demonstrava a fidelidade e submissão do órgão ao governo municipal. Outro compromisso existente era o do Prefeito Murilo Borges com a proposta do plano de Hélio Modesto em desenvolver o sistema viário da cidade. Algo confessado pelo próprio prefeito em uma solenidade em sua homenagem, feita por outro órgão que teve um papel importante na realização desse projeto urbano, a Superintendência Municipal de Obras e Viação (SUMOV), “por último, se fez ouvir, em improviso, o Prefeito Murilo Borges, que reafirmou seu propósito de continuar a tudo fazer pelo desenvolvimento viário de Fortaleza”.⁹

O primeiro administrador da Fundação foi o vereador José Edward Arruda Filho (1963-1965), que tinha como principal objetivo oferecer assistência às pessoas menos favorecidas.¹⁰ Para Mota, a função da FSSF era “identificar e tentar solucionar os problemas sociais e o seu crescimento surgia da necessidade de solução desses problemas” (MOTA, 1982, p. 27 e 28). No discurso da Prefeitura, a Fundação era “um organismo de administração descentralizada que enfrentava, talvez, o mais sério dos problemas do município e à qual se apresentava o maior desafio, a integração do homem no processo de desenvolvimento urbano e social de Fortaleza.”¹¹

Esse discurso de integração humana ao desenvolvimento urbano e social na capital ficou mais evidente na questão habitacional. Esta, devido à urgência para os governantes em desenvolver o espaço urbano, foi se tornando, paulatinamente, a maior

⁶ Movimento Brasileiro de Alfabetização. Criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967. Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e de adultos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5379.htm. Acesso em 10/07/2014.

⁷ O POVO. 27 de outubro de 1964. p. 6.

⁸ O POVO. 26 de novembro de 1964. p. 6.

⁹ O Unitário. 20 de outubro de 1966. p. 8.

¹⁰ O POVO. 05 de novembro de 1964. p. 4.

¹¹ BRASIL, Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. **Plano de desenvolvimento integrado da Região Metropolitana de Fortaleza** (PLANDIRF). Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1972. p. 211.

prioridade para a FSSF. Porém, ao invés dessa política integrar, ela nos pareceu mais compensatória e assistencialista. Se fosse, de fato, um projeto de integração não se teria promovido a retirada de moradores favelados para os conjuntos. E se a política proporcionava-lhes certa melhoria habitacional, quando lhes concedia uma casa ou um terreno próprio, isso era uma forma de compensá-los.

O primeiro grande feito da Fundação, na questão habitacional, foi a construção do Conjunto Habitacional de Santa Luzia do Cocó em 1966, sob a superintendência de Roberto Jorge Braun Vieira (1966-1967) e o apoio da COHAB-Fortaleza (JALES, 2012, p. 211). Mas é na administração da assistente social Aldaci Nogueira Barbosa¹², entre 25 de março de 1967 e 27 de agosto de 1976 (data de sua morte), que a Fundação assume um papel mais organizado, sistemático e relacionado com os projetos de urbanização de Fortaleza. Tudo porque, a capital do Ceará adotou a lógica de (re)organização urbana imposta pelos militares, e, os anseios de melhorar a infraestrutura da cidade. Os maiores envolvidos nisso, talvez pela lógica profissional, foram os três prefeitos engenheiros e de mandatos sucessivos: Murilo Borges (63-67), José Walter (67-71) e Vicente Cavalcante Fialho (71-75).

Entretanto, toda essa ambição esbarrava em um grande problema e, ao mesmo tempo, o maior desafio da época, a presença de favelas. No livro do sociólogo Lucio Kowarick, *A espoliação urbana*, percebemos como esse empecilho ao desenvolvimento das cidades era visto pelos políticos e pelas classes altas, no período:

A favela choca o bom cidadão. Alarma a consciência tranquila, que adivinha no amontoado de barracos um foco de delinquência, promiscuidade e vadiagem [...]. A favela torna-se um problema na medida em que, com a expansão da cidade, a área que ocupa começa a se valorizar. Ou são as vias expressas e prédios públicos que reclamam o espaço tomado pelos barracos – e é preciso removê-los. Ou é a lógica da especulação imobiliária que leva o investidor privado a tomar a iniciativa da operação “limpeza” (KOWARICK, 1979, p.159-160).

A especulação imobiliária foi responsável por definir quais os espaços seriam considerados nobres e qual público teria o direito de morar nas áreas mais equipadas em serviços urbanos. Porém, o que interessa neste momento, dando prosseguimento a discussão proposta pelo autor supracitado, é como a construção de vias expressas foi uma das principais causas da remoção de favelados da capital cearense. Assim, são

¹² Aldaci foi indicada pelo Prefeito Engenheiro José Walter Cavalcante em 1967.

emblemáticas a construção da Avenida Leste-Oeste ou Av. Presidente Humberto Castelo Branco e a consequente transferência dos habitantes do Arraial Moura Brasil para o Conjunto Marechal Rondon entre 1972 e 1974.

Analisando as propostas dos planos urbanísticos da época, percebemos que o problema das favelas incomodava os administradores da capital. Podemos sugerir ainda, através dos jornais, que o incômodo também atingia os ricos. Incomodava os primeiros pela dificuldade de garantir na cidade um desenvolvimento harmônico de suas funções urbanas e de lazer¹³ e os segundos por terem de dividir os mesmos espaços com os favelados: “As favelas de Fortaleza são conquistadas em bairros e área de classe média e alta. Ao lado das favelas das mais baixas condições, situam-se residências do mais alto valor, em chocante contraste” (CEARÁ, 1967, p. 52).

Fica mais evidente que essas aglomerações eram mal-vistas pelos governantes e pela elite, através de uma notícia do jornal *O POVO* sobre a construção da avenida: “o único problema que o Prefeito Fialho não conseguiu resolver totalmente, com a Leste-Oeste, foi o desfavelamento. Fica para a próxima administração”.¹⁴ Tanto os planos urbanísticos de Fortaleza como a política habitacional nesse período objetivavam extinguir as favelas, pois o progresso urbano só seria alcançado sem a presença delas. A artéria, pela notícia acima, significava além do desenvolvimento viário e paisagístico da cidade, o fim do incômodo (Arraial Moura Brasil).

O Plano Diretor de Hélio Modesto se preocupou em planejar medidas, como a remoção, para combater tal adversidade. Entretanto, tentou-se trazer um lado mais social a essa prática: “O problema das favelas não deverá ser encarado pelas autoridades municipais de Fortaleza, como tem acontecido em outras cidades, com o critério simplista de soluções de urbanização ou deslocamento de populações.”¹⁵ Ou seja, em várias cidades brasileiras, esse assunto era resolvido apenas com a remoção, entretanto, a capital cearense foi uma das pioneiras em tratar desse problema urbano sob uma ótica mais social, ainda que não de modo efetivo. Assim, posteriormente, Modesto propôs a criação de um órgão assistencialista para realizar estudos socioeconômicos com os moradores desses locais, o que, para nós, culminou na criação da FSSF.

¹³ Plano Diretor da Cidade de Fortaleza, p. 7.

¹⁴ *O POVO*. 03 de outubro de 1974. p. 6.

¹⁵ Plano Diretor da Cidade de Fortaleza, p. 32.

Essa preocupação social, já presente no plano de Modesto e, também, no discurso das políticas habitacionais nacionais, foi usada para esconder ou disfarçar os verdadeiros objetivos de ambos. Enquanto as PHs se utilizavam desse discurso para angariar o apoio político da população pobre e, também, para controlá-la, os prefeitos de Fortaleza aproveitaram-se da missão assistencial e provedora da Fundação de Serviço Social para garantir de forma mais pacífica a realização de outro plano, o Programa Integrado de desfavelamento¹⁶.

Desse modo, fortalecemos ainda mais o argumento sobre a diferença existente entre o discurso social produzido e a prática excludente dessas políticas. Já vimos que, conforme a lei nº 4.380, elas foram, aparentemente, criadas para atender e beneficiar os menos favorecidos, mas seus objetivos eram outros. Alavancar a economia pela construção civil, legitimar os governantes com o apoio das massas, defender os interesses das classes altas que não queriam dividir o mesmo espaço com os pobres, desenvolver as áreas centrais urbanas, erradicar as favelas, definir padrões de higiene e comportamento etc. De todos estes, qual deles trouxe, realmente, algum benefício aos pobres? Talvez, somente a possibilidade de eles comprarem a sonhada casa própria.

Entendemos que depois do objetivo econômico, as PHs priorizavam a questão urbana. Em escala nacional, a proposta era a erradicação das favelas, isto é, acabar com o problema de vez. Melhorar suas condições de infraestrutura e reformar os casbres dos moradores teria sido, a nosso ver, a maneira mais social de lidar com este problema. Mas, para as políticas e os governantes à época, a solução era extinguir esses espaços e remover seus habitantes para conjuntos habitacionais. E, depois de feito isso, cuidar para que a população removida não voltasse a esses locais e/ou recomeçasse a construir uma nova favela, como comenta a socióloga Lícia do Prado Valladares (1980, p. 80).

Pensamos que, em Fortaleza, o órgão responsável por esse cuidado e também para evitar resistências à transferência era a FSSF. Julgamos que esta, como instituição, foi uma importante peça para a concretização da política de “desfavelamento” da cidade, ou melhor, ela era o “disfarce” desse projeto excludente. É claro que nela existia uma proposta social, mas o seu papel, desde a sua criação, era (evitando-se usar a palavra manipular) convencer os moradores pobres de que a saída deles de locais bas-

¹⁶ Nome dado ao projeto urbano e habitacional em Fortaleza na década de 1970.

tante precários, como o Arraial Moura Brasil, refletia mais um benefício de ordem social e menos um plano, essencialmente, econômico e urbano.

No âmbito local, a proposta da remoção de favelados implicava, sobretudo, na construção de grandes avenidas. Nesse processo, estavam diretamente envolvidos: o plano urbanístico de Modesto e o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza (PLANDIRF); a SUMOV, responsável por construir as avenidas e outras obras urbanas; o Programa Integrado de desfavelamento e a FSSF, que atuou como mediadora dos interesses políticos e das classes subalternas. Existiram outros órgãos empenhados, mas, a nosso ver, estes citados foram os mais importantes no plano municipal.

Segundo Mota, as ações da Fundação se dividiam em dois setores que agiam direta ou indiretamente com os moradores. Nas ações diretas, os estágios eram: o estudo, a identificação, a indenização, a preparação dos removidos, a retirada de material, o sorteio do lote, a assinatura de contrato, o alojamento, a orientação para a construção de casas nos lotes e a mudança dos moradores. Na parte indireta, temos: a aquisição de terrenos, a urbanização, a construção de equipamentos e a demolição das favelas (MOTA, 1982, p. 99-100). Todas essas etapas serão mais bem comentadas, posteriormente.

Com essas ações, a FSSF contribuiu para a construção de três conjuntos habitacionais para a remoção de favelados: o Alvorada, no bairro Seis Bocas; o Marechal Rondon, no Antônio Bezerra¹⁷ (atualmente Jurema, no município vizinho de Caucaia); e o Palmeiras, em Messejana. Algumas das favelas removidas neste período foram: a Favela do Trilho I, para a construção da Av. Borges de Melo e do Terminal Rodoviário João Tomé, e a Favela do Arraial Moura Brasil, para dar lugar a Av. Leste-Oeste.

Se, para os administradores da capital, a retirada de pobres e favelados das áreas centrais para os conjuntos era uma forma de desenvolver o espaço urbano, controlar seu uso e erradicar o maior problema da época, para a FSSF: “os conjuntos habitacionais foram criados justamente para que as famílias pobres pudessem ter uma propriedade que lhes viesse garantir uma estabilidade residencial” (MOTA, 1982, p. 36). Daí, também se explica o porquê de suas citadas ações.

Segundo alguns pesquisadores, a Fundação agiu com enorme responsabilidade

¹⁷ O POVO. 04 de agosto de 1972. p. 6.

social e tentou, ao máximo, humanizar esse trabalho de remoção. Porém, as ações desse órgão e a sua utilização pelos administradores da capital cearense, a nosso ver, foi uma maneira de disfarçar e facilitar a realização da real intenção dessa política habitacional do governo municipal – afastar os pobres de locais próximos às áreas valorizadas pela especulação imobiliária e/ou prometidas ao sistema viário e às grandes obras urbanas. Como foi o caso da transferência dos habitantes do Arraial Moura Brasil para o Conjunto Marechal Rondon, para possibilitar a construção de uma grande artéria na área central da cidade, a Avenida Leste-Oeste ou Av. Presidente Humberto Castelo Branco.

A Avenida Leste-Oeste veio para quê (m)?

Projetada com características de via-expressa a Avenida Leste-Oeste tende a se constituir num dos principais eixos viários da Região Metropolitana de Fortaleza conectando a Zona Industrial da Barra do Ceará e o vizinho município de Caucaia ao Porto do Mucuripe [...] Deve-se ressaltar também ao lado dos benefícios econômicos advindos com o mais rápido e fácil escoamento da produção de Caucaia até as zonas industrial, comercial e portuária da capital as vantagens carreadas para os aspectos do turismo e do lazer metropolitanos.¹⁸

Para entendermos o porquê da remoção de moradores do Arraial Moura Brasil para o Conjunto Marechal Rondon, faz-se necessário analisar o que consideramos ser um de seus principais motivos: a construção da Av. Leste-Oeste. Como a prática excludente das políticas habitacionais já corresponde à retirada de moradores pobres e favelados de áreas equipadas de serviços urbanos e/ou próximas às zonas nobres, a construção desta avenida é entendida aqui, como uma escolha pela ordem urbana e não pela ordem social.

Segundo o economista Wilson Cano, entre os anos de 1967 e 1974, o Brasil experimentou um elevado crescimento industrial (CANO, 2004, p.4). Esse desenvolvimento ficou conhecido devido ao período de suposta estabilidade financeira e de intensa propaganda política por “Milagre econômico”. Esse “Milagre” era atribuído a um fortalecimento da economia externa e de vários projetos econômicos internos (CANO, 2004, p. 5). Um exemplo disto é a criação do BNH e do FGTS, os quais proporcionaram um avanço no setor da construção civil e a realização das PHs. Contudo, a nível local,

¹⁸ *Correio do Ceará*. 14 de outubro de 1974. p. 2.

segundo o sociólogo Paulo Linhares, esse período também despertou em Fortaleza o desejo de “transformar seus 30 quilômetros de praia em espaço de bons negócios, voltados às atividades turísticas” (LINHARES, 1992, p. 167).

Assim, iniciou-se um grande planejamento de (re)organização urbana pelos administradores municipais, apresentando como principais objetivos a erradicação de aglomerados (favelas) e, principalmente, a construção de grandes obras urbanas que marcassem o legado desse “Milagre”. Concordando ainda com Linhares, os militares e os prefeitos, neste momento, utilizavam-se de um discurso modernizador, onde o principal alvo a ser modernizado era o espaço urbano (LINHARES, 1992, p. 121). Por isto, uma das marcas desse período em Fortaleza foi a construção de suntuosas avenidas.

Os administradores de Fortaleza, ao projetar e construir, na década de 70, diversas vias (Aguanhambi, José Bastos, Borges de Melo, Leste-Oeste), esperavam resolver dois grandes desafios: erradicar as favelas, uma exigência do plano nacional, e desenvolver o trânsito viário, para garantir o crescimento futuro da capital. Pelo trecho mais acima, presente nas notícias do *Correio do Ceará*, percebemos que existiam outras motivações para construí-la: os benefícios ao setor econômico, ao turismo e ao lazer. Ou seja, a Av. Castelo Branco trouxe bastante desenvolvimento para a capital, mas, para quem? Os seus antigos moradores obtiveram alguma vantagem nisso? Pretendemos chegar às respostas a essas perguntas ao longo do artigo.

Se Hélio Modesto idealizou em 1963 uma reforma urbana na capital cearense, o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza, de 1972, foi quem a realizou, ao longo da década de 70. O PLANDIRF, baseado nas diretrizes (orientações) do Plano Diretor de Modesto e vinculado ao Programa Integrado de des-favelamento e às políticas habitacionais, consolidou uma nova configuração urbana na paisagem metropolitana e, principalmente, na área central da cidade.

Houve um crescimento horizontal, a cidade se expandiu do centro (comercial e administrativo) à periferia, aproximando-se de outras cidades, como a vizinha Caucaia. Algo explicado pela criação da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)¹⁹ e pela cons-

¹⁹ Lei complementar nº 14, de 8 de junho de 1973. A Região Metropolitana de Fortaleza constitui-se dos Municípios de Fortaleza, Caucaia, Maranguape, Pacatuba e Aquiraz. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp14.htm. Acesso em 09/05/2013.

trução de grandes conjuntos habitacionais ou “conjuntos-bairros” na periferia da capital (afastados da região central), no chamado processo de conurbação²⁰. A produção habitacional do BNH na capital cearense, através da construção dos chamados conjuntos-bairros (como por exemplo, o Mondubim, a Cidade 2000, o José Walter, o Esperança, o Marechal Rondon, entre outros), núcleos de grande porte e que, posteriormente, transformaram-se em bairros inteiros, “induziu à expansão do território da metrópole, levando a processos de conurbação entre Fortaleza e alguns municípios como Caucaia e Maracanaú” (MÁXIMO; LOPES, 2013, p. 2).

Ao mesmo tempo, há uma valorização do solo nas áreas centrais e nobres da capital (região leste), por serem as mais equipadas em infraestrutura urbana, neste período. Então, bairros como a Aldeota começaram a experimentar um crescimento vertical²¹ e a demandar mais espaço “por ser o mais procurado para a construção de residências particulares em Fortaleza”.²² Assim, a construção de prédios e edifícios com vários andares tornou-se uma opção altamente lucrativa aos imobiliários, quando dessa valorização. Pois, com o terreno “escasso” e caro, fez-se necessário utilizá-lo da melhor maneira possível, multiplicando-o verticalmente.

O maior objetivo do PLANDIRF era preparar e organizar a capital para desempenhar as diversas funções de uma grande cidade: função comercial, industrial, administrativa, emprego, abastecimento, educação, habitação, saúde, transporte, lazer e outras.²³ E, para o plano, o local que devia apresentar todas essas funções/setores era o Centro, portanto, este recebeu a maior atenção:

O centro de uma cidade se configura como área de fisionomia própria, que a individualiza frente às demais que compõem o espaço urbano. É fácil distingui-la do conjunto da cidade, pois ela se caracteriza pela complexidade de funções e pela concentração de serviços [...] Sendo um local de trabalho e de negócios, exige um sistema de transporte que converge basicamente para essa área central. Assim, é um lugar congestionado por veículos e pedestres durante o dia e vazio durante a noite.²⁴

A maioria desses serviços já se localizava no Centro, coube ao PLANDIRF apenas

²⁰ O processo de conurbação é caracterizado pela expansão de uma cidade e alteração de seus limites, isto é, quando há um prolongamento para fora de seu perímetro e ela acaba agregando ou absorvendo territórios de outras cidades vizinhas. Ver MÁXIMO (2012).

²¹ PLANDIRF, p. 149.

²² *Correio do Ceará*. 07 de fevereiro de 1974. p. 3.

²³ PLANDIRF, p. 73.

²⁴ *Ibid.*, p. 165.

descongestioná-lo, ou seja, melhorar seu trânsito viário. Como isso se deu? Com a abertura de avenidas, a Leste-Oeste foi uma delas. Mas era neste local também que existia uma das maiores aglomerações precárias da cidade, a favela do Arraial Moura Brasil. E a sua presença ia de encontro ao tão sonhado desenvolvimento harmônico das funções urbanas na capital e, principalmente, ao interesse econômico da especulação imobiliária, que sempre valorizou as áreas mais dotadas de infraestrutura e de serviços.

Na tentativa de solucionar esses dois problemas (o trânsito viário e existência de favelas), à época, o PLANDIRF se uniu (ou as adotou) às políticas habitacionais dos militares. Porém, ele não se apropriou dos mesmos métodos usados pela COHAB e pelo BNH.²⁵ O plano idealizou uma nova política, o chamado Programa Integrado de desfavelamento. Este foi bastante elogiado pelo próprio Presidente do Banco Nacional de Habitação e tomado como exemplo em outros estados do Brasil:

Tanto o Presidente do BNH, quanto os prefeitos de Recife, Sr. Augusto Lucena e de Vitória, Sr. Crisóstomo Teixeira da Cruz, ficaram impressionados com a experiência de desfavelamento que a Prefeitura de Fortaleza vem realizando nesta capital, inclusive com a possibilidade de servir como modelo para os outros estados nordestinos.²⁶

O Prefeito Antônio Andrade de Comassari (BA), prometeu voltar a Fortaleza, logo depois do Carnaval, acompanhado de seus assessores, que se aprofundarão na experiência vitoriosa de desfavelamento posta em prática na capital cearense, a fim de implantá-la em seu município.²⁷

Apesar de agir diferentemente do modelo adotado pelo BNH, o programa de desfavelamento teve como base a construção de conjuntos habitacionais. A divergência se dava apenas em dois aspectos: primeiramente, o Banco e a COHAB construíam e vendiam casas, enquanto o programa vendia terrenos, lotes; em segundo lugar, aqueles trabalhavam com inscritos, ou seja, com pessoas que desejavam morar nesses conjuntos, enquanto este lidava com removidos, os quais, muitas vezes, não queriam sair de seus locais de moradia. Isso explica o porquê da utilização e da importância do trabalho de mediação e assistencialismo da FSSF para a concretização do projeto municipal de desfavelamento.

Ainda sobre o Programa Integrado de desfavelamento, sabemos que “além da

²⁵ Ibid., p. 210.

²⁶ *O POVO*. 21 de março de 1973. p. 10.

²⁷ *Correio do Ceará*. 20 de fevereiro de 1974. p. 3.

sua intenção de erradicar todas as favelas existentes em Fortaleza até a década de 1980 e evitar o surgimento de novos núcleos (algo que não aconteceu) ele contou com recursos do Município e do BNH”.²⁸ Esses recursos vieram dar suporte à Superintendência Municipal de Obras e Viação (SUMOV). Foi esta quem construiu as avenidas e outras obras urbanas neste período. Para todo este processo, o Programa deu sua justificativa:

Se olharmos também sob o ponto de vista de urbanização da cidade, e sendo Fortaleza uma capital que passa por um grande processo de desenvolvimento, e que as áreas onde se localizam os núcleos favelados são geralmente lugares que precisam se integrar no processo de desenvolvimento, com nova estrutura e um uso adequado do solo, é de capital importância que se faça o remanejamento destes aglomerados urbanos, para que a cidade possa crescer e se desenvolver dentro da estrutura traçada pelo Plano Diretor da cidade e do Plandirf.²⁹

A nossa análise sobre esta justificativa responde às nossas perguntas iniciais: para que(m) viria esse desenvolvimento? Aos antigos moradores desses aglomerados? Não. Todo esse planejamento era para afastá-los, porque só assim era possível “harmonizar” a cidade. As suas moradias eram o incômodo, o problema que deveria ser erradicado. Mas, se removessem os favelados, sem depois ocupar o lugar deixado, eles voltariam. Portanto, construir grandes avenidas foi uma das formas de cercar (proteger) todo o perímetro valorizado e central da capital.

E, como os administradores de Fortaleza tinham a preocupação de cumprir o principal objetivo do plano de Modesto e do PLANDIRF (melhorar o sistema viário), as vias expressas construídas tiveram essa dupla função e importância: facilitar a circulação de pessoas e mercadorias e ocupar o espaço antes habitado pelos favelados. De todas as avenidas construídas na década de 70, a Leste-Oeste, segundo as notícias da época: “não foi apenas uma via de escoamento, uma via iluminada. Mas do que isso, foi instrumento do processo global. Dando soluções que vão do tráfego e do trânsito ao entretenimento e ao lazer”.³⁰ Ou seja, a artéria representava para a cidade e para os seus cidadãos bem-nascidos muito mais do que uma solução viária, ela trouxe o (re)ordenamento urbano, o retorno à paisagem praiana, além de ser símbolo de progresso e de modernidade.

²⁸ Prefeitura Municipal de Fortaleza (1973). s/p.

²⁹ Ibid., s/p.

³⁰ *Correio do Ceará*. Edição especial dos diários associados. Dezembro de 1973. p. 5.

O próprio Prefeito Vicente Fialho, em sua inauguração, ousou defini-la como “a mais importante obra viária da cidade.”³¹ Diríamos mais, a Av. Castelo Branco não foi desejada apenas pelo governo municipal, mas também pelos industriais e por outros representantes da elite de Fortaleza. Aqueles, porque a avenida ocasionou uma maior rapidez tanto na locomoção dos seus empregados quanto no escoamento de seus produtos. Além disso, as classes altas, como já foi comentado, queriam exclusividade espacial. A avenida veio para elas, sua construção significou a confirmação de todo um processo histórico de exclusão socioespacial, onde permaneceram nos melhores locais quem podia pagar por eles. Refletiu também o constante processo de (re)organização urbana, quando a cidade se transformava paisagisticamente para atender às necessidades da época e/ou de alguns setores sociais.

Só quem usufruiu de todos os benefícios do progresso urbano que a capital experimentou na década de 70 foi a elite cearense, ao contrário do que afirma a seguinte notícia do jornal *O POVO*: “A cidade inteira desfrutará dos benefícios da grande obra, que virá encurtar as distâncias, aproximando bairros importantes, e acelerar a urbanização das faixas praianas, cuja situação é verdadeiramente deprimente.”³² Ou melhor, uma das únicas vantagens para os ex-moradores do Arraial Moura Brasil foi eles, enfim, terem conseguido uma casa própria.

O próprio nome da avenida estudada, segundo alguns pesquisadores, traz o reflexo de como estava organizado socioespacialmente a população de Fortaleza e, sobretudo, mostra a tentativa de interligar os dois polos socioeconomicamente opostos: “Para integrar o Pirambu ao novo enfoque humano, pode se dizer que os extremos, não o da pobreza e o da riqueza, Pirambu e Aldeota, afinal se encontram.”³³ O jornal reproduz o discurso oficial. Não afirma, mas cita (negando) a diferença existente entre o leste e o oeste da cidade. Entre esses polos (leste e oeste) se localizava o Arraial Moura Brasil, espaço destinado a receber a avenida.

No lado leste, estavam o Porto do Mucuripe e a região da Aldeota, local que, gradativamente, tornava-se o mais elitizado à época. No lado oeste, além do Pirambu, também uma área de habitações populares, localizava-se a zona industrial da Av. Fran-

³¹ *Correio do Ceará*. 05 de outubro de 1974. p. 8.

³² *O POVO*. 13 de fevereiro de 1973. p. 1.

³³ Edição especial do *Correio do Ceará*. 05 de outubro de 1974.

cisco Sá, onde existia a maior concentração de aglomerados urbanos, devido à preferência dos trabalhadores por morar próximo aos seus locais de trabalho:

A partir da criação e crescimento natural da zona industrial na faixa da avenida Francisco Sá que hoje já atinge a Barra do Ceará e áreas adjacentes, evidenciou-se a necessidade de interligação da área Oeste com a Leste da cidade, onde se encontra o Porto do Mucuripe, principal escoadouro da produção originária da citada área.³⁴

Além de seu caráter econômico, a avenida veio para melhorar o aspecto da paisagem urbana da capital, principalmente, a do Centro. A meta era esconder da área central da cidade, a maior desordem espacial, as favelas. Transformar o local mais habitado por pobres em uma grande artéria seria um sinal de progresso urbano contra os que eram considerados como a causa ou a permanência do atraso:

Os exíguos e infectos casebres da Cinza, já estão tombando para dar lugar à passagem da avenida Leste-Oeste [...] As casas que eram ocupadas por pobres famílias, prostitutas e gente desocupada, que formavam o mais miserável aglomerado humano da capital.³⁵

Como comentamos no início, a avenida também significou um avanço para o setor de turismo, na medida em que se configurou como um local equipado de serviços turísticos e/ou renovou uma das principais opções de lazer de Fortaleza, o banho de mar:

A avenida se reveste também de elementos importantíssimos de atração turística, destacando-se as lojinhas de artesanato [...] e postos para banhos de mar noturnos (com a Praia de Jacarecanga adequadamente iluminada) [...] Em virtude da implantação da Avenida Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, a cidade se volta para o mar, fica de frente para o mar [...] Atração, por excelência, da avenida, inclusive pelo seu caráter pioneiro, os viadutos representam, também, um destaque na paisagem.³⁶

Outro benefício ligado à construção da Leste-Oeste, ou melhor, à intensa urbanização do período e à desapropriação daquela área que ia da Rua General Sampaio à Barão do Rio Branco, próximo à faixa litorânea, foi a criação do Centro de Turismo do Ceará (EMCETUR). Este veio a ser mais uma opção de turismo e lazer na capital e se localizou na antiga Cadeia Pública construída em 1866, no século XIX:

³⁴ O POVO. 17 de fevereiro de 1973. p. 33.

³⁵ O POVO. 20 de fevereiro de 1973. p. 12.

³⁶ Correio do Ceará. 03 de outubro de 1974. p. 8.

Os trabalhos de saneamento da Praia Formosa, alias, serão acoplados ao projeto geral de implantação do centro de turismo, a cargo da Empresa Cearense de Turismo. De princípio, haverá a remoção da favela, para o local a ser, ainda, designado pela Prefeitura, primeiro passo para a urbanização de toda área.³⁷

A avenida representou um avanço de ordem urbana, mas, principalmente, revelou os aspectos econômicos e políticos da época. Analisando as notícias dos jornais consultados, percebemos, constantemente, o alto investimento de capital para a sua construção, o que, para nós, demonstra o quanto desenvolver o espaço urbano era uma meta política do Regime Militar e que dinheiro para tanto não seria negado:

O prefeito Vicente Fialho viaja hoje ao Rio de Janeiro para conseguir, junto à Caixa Econômica Federal, a liberação das primeiras parcelas do empréstimo de 20 milhões de cruzeiros, já acertado junto à Caixa para a construção da Avenida Leste-Oeste.³⁸

Os recursos para a construção da grande obra são originários do Fundo de Desenvolvimento Urbano, criado recentemente, com recurso do Banco Nacional de Habitação e Banco do Nordeste do Brasil, principalmente, e administração do BNB são da ordem de Cr\$ 20 milhões de cruzeiros.³⁹

Apesar das propagandas sobre o expressivo avanço de ordem social através da construção da avenida, ela reproduziu a política de exclusão socioespacial dos projetos habitacionais. De fato, eram péssimas as condições de habitação na área do Arraial Moura Brasil, mas a retirada de seus moradores para o Conjunto Marechal Rondon, como veremos posteriormente, não significou totalmente uma melhoria para os pobres:

Também valeria destacar a importância social da Avenida Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, pois a verdade é que a execução do audacioso projeto resultou na extirpação de verdadeiros quistos, como acontecia no Arraial Moura Brasil e na tristemente famosa Cinza.⁴⁰

Portanto, a nosso ver, a Leste-Oeste integrou, mas também excluiu. A via aproximou dois polos econômicos, a Zona industrial da Francisco Sá e o Porto do Mucuripe, para facilitar a circulação de pessoas e mercadorias entre eles, beneficiando mais os empresários do que os trabalhadores. Em consonância com isto, a Av. Castelo Branco

³⁷ O POVO. 23 de setembro de 1971. p. 6.

³⁸ O POVO. 14 de junho de 1972. p. 6.

³⁹ O POVO. 17 de fevereiro de 1973. p. 33.

⁴⁰ Correio do Ceará. 03 de outubro de 1974. p. 8.

afastou seus moradores pobres e favelados para conjuntos habitacionais bem distantes, longe do eventual progresso ocasionado por sua construção. Se a Leste-Oeste veio para alguém, as chances de ter sido para o povo são remotas. Atualmente, podemos até dizer que a população da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) desfruta dos benefícios dessa artéria, mas, quando da sua construção, veremos, a partir de agora, que ela veio quase exclusivamente para a elite fortalezense e para os turistas.

A remoção: do “trabalho árduo” ao “(re) aparecimento da beleza”

A Avenida Leste-Oeste, além de sua finalidade principal de abrir nova via em Fortaleza e aproximar a zona fabril da Barra do Ceará-Francisco Sá, ao Mucuripe, terá outras, dentre as quais sanear e urbanizar uma das áreas mais belas e centrais da capital, exatamente onde hoje se situa ainda a Cinza e o Arraial Moura Brasil. Ai nascerão parques, jardins, praças, anfiteatros para espetáculos populares e um kartódromo.⁴¹

Por esta notícia acima, podemos especular o que significou para os administradores da capital e para a elite fortalezense a construção da Av. Castelo Branco: o “(re)aparecimento” da beleza na cidade. Com a saída da favela e de seus moradores, “houve a oportunidade para a renovação urbana de uma área em alto grau de deterioração”.⁴² Ou seja, com a avenida, iria embora o que se considerava como o atraso, a miséria, a sujeira, os vícios, a promiscuidade, etc., fazendo ressurgir a ordem, a limpeza, o progresso e o melhoramento da paisagem.

Assim, na visão dos administradores da capital cearense, (re)apareceria a beleza, não somente porque a cidade anteriormente já experimentara intervenções visando ao aformoseamento de suas ruas e praças (*Belle Époque*), mas, principalmente, porque, para os políticos e empresários da época, a remoção destes casebres do centro de Fortaleza proporcionar-lhes-ia a apropriação de um importante espaço turístico e de beleza natural: a orla marítima. Portanto, antes de surgir a Avenida Leste-Oeste e todos os seus benefícios para a elite fortalezense, entendia-se que era preciso retirar o que era visto como a feiura, o Arraial Moura Brasil.

A remoção do Arraial e a construção da artéria foram realizadas em quase dois anos, entre meados de 1972 e outubro de 1974. Atuaram nelas, respectivamente: a

⁴¹ O POVO. 17 de maio de 1973. p. 6.

⁴² O POVO. 17 de fevereiro de 1973. p. 33.

FSSF e a SUMOV. Enquanto a Fundação ia com seus assistentes sociais pesquisar as condições socioeconômicas dos moradores e convencê-los a sair daquele local, a Superintendência orçava os custos do projeto e mapeava a área que serviria à avenida.⁴³ Era uma ação quase conjunta, segundo os jornais, embora os órgãos tivessem atividades e propostas diferentes.

Para a SUMOV, a tarefa era fácil, pois eles lidavam apenas com entulhos, destroços, pedras, asfaltos. O trabalho penoso e considerado “árduo” (pelos próprios assistentes) era de responsabilidade da FSSF. Esta lidava com os seres humanos, muitos dos quais, só foram assim considerados pela própria Fundação. As suas ações foram bastante eficientes, tanto para que essa nova forma de exclusão não fosse contestada pelos favelados quanto para promovê-los a uma condição de proprietários de seus imóveis. Discutiremos agora suas ações diretas e indiretas, comentadas superficialmente no primeiro tópico deste artigo, para entendermos como se deu esse processo de remoção.

A Fundação, através de seus assistentes sociais e da própria superintendente Aldaci Barbosa (1967-1976), efetivou o programa de desfavelamento da cidade de Fortaleza, iniciado na década de 70. Mas, a missão não foi tão simples, existiram várias etapas que iam desde o primeiro contato com os favelados ao dia da transferência deles para o conjunto habitacional, como resume o jornal *O POVO*:

A metodologia de ação se desenvolve, em fases, através de pesquisas, entrevistas, visitas domiciliares, reuniões, assembleias, círculo de debates, círculos de estudo e palestra. Na primeira etapa faz-se uma identificação de problemas sociais de grupos carenciados e seleção de áreas para a implantação do programa. A segunda etapa maneja com o planejamento de programas. A última já é de execução e avaliação.⁴⁴

Considerando a FSSF como um “disfarce” desse projeto de desfavelamento, presumimos que todo o processo era encomendado e patrocinado pela Prefeitura para cumprir, principalmente, três finalidades: convencer os moradores do Arraial a sair do local passivamente, sem contestações e/ou resistências; conhecer a estrutura física de cada moradia para promover a indenização da maneira “mais justa” possível e, sobretudo, propagandear a miséria presente naquele local como uma forma de legitimar o

⁴³ *Correio do Ceará*. 30 de janeiro de 1973. p. 3.

⁴⁴ *O POVO*. Publicado na Edição inaugural do processo offset. Dezembro de 1971. p. 93.

desfavelamento.

Pelos jornais analisados, percebemos o quanto o Arraial Moura Brasil era visto e caracterizado como o atraso da cidade, um local insalubre, cheio de prostitutas, doentes e miseráveis. Supomos que essa construção e propagação da imagem do Arraial serviam para consolidar os projetos municipais de urbanização. Com a propaganda, a elite “espantava-se e temia”⁴⁵ aquele espaço tão incompatível com o desenvolvimento urbano almejado e, assim, exigia o desfavelamento. Por outro lado, criava-se uma expectativa de elevação da qualidade de vida por parte dos moradores do Arraial, pois, finalmente, eles teriam um local digno para morar e sairiam daquela péssima condição socioespacial.

Ambos os públicos acima foram atendidos, mas, para este último, a mudança não foi de todo positiva. A classe alta, portanto, foi a mais beneficiada com o programa e recebeu como bônus a Avenida Leste-Oeste. Sabemos que o trabalho dado à SUMOV para construí-la não se equipara ao processo de remoção realizado pela Fundação de Serviço Social, pois este tratava de outro tipo de construção, a conquista da confiança dos moradores.

Segundo Jales e Mota, a ação da FSSF se iniciava com a pesquisa socioeconômica de todos os moradores que seriam removidos, através de visitas domiciliares e entrevistas com os favelados. Aqui, os assistentes apuravam quantas pessoas residiam em cada casa ou barraco, a renda familiar, as condições físicas dos habitantes e das habitações, o nível de instrução e a qualificação profissional de cada morador. Uma dessas visitas servia também para analisar cada moradia (quantidade de cômodos, tipo de material de que era feita, presença de aparelhos sanitários etc.), pois o valor do pagamento de indenização era estabelecido por essas informações.

Quanto à indenização, era pago o valor de 50 cruzeiros por cada cômodo existente nas casas do Arraial. Apenas recebiam essa indenização os proprietários de imóveis. Quem morava de aluguel vinha ao conjunto sem ganhar nada, nenhuma ajuda financeira. Depois de todo esse processo de cadastramento e possíveis indenizações das famílias dava-se a definição dos lotes no Conjunto Rondon.

Simultaneamente, outros agentes da Fundação adquiriam o terreno do conjunto e, auxiliados por engenheiros da própria SUMOV, dividiam toda a área (68 hectares)

⁴⁵ *O POVO*. 17 de fevereiro de 1973. p. 1.

em lotes e ruas. Eles também construíam no local alguns equipamentos urbanos (duas escolas, um chafariz, uma creche e uma praça de esporte).⁴⁶ Cada lote, “tinha 10 metros de frente e 20 metros de fundo”.⁴⁷ Depois do loteamento do conjunto e do sorteio desses lotes, passava-se para a outra etapa, as famílias assinavam o contrato de compra do terreno (pagando cerca de Cr\$ 10 por mês) e começavam a ser preparados para o dia da remoção.

Esta fase de preparar os que seriam removidos foi considerada pelos assistentes sociais da Fundação como o trabalho mais penoso e árduo, pois era neste momento que algumas famílias choravam suas lembranças ou contestavam a remoção, exigindo muita cautela e providência por parte dos agentes, para lidar com os favelados. Quanto ao trabalho, primeiramente, havia a retirada de algum material aproveitável dos barracos e das casas e depois dos humildes e poucos móveis existentes. Tudo ia sendo colocado em caminhões da Prefeitura no dia da mudança. Ao mesmo tempo, vários tratores derrubavam o que restava da favela para dar início às obras da avenida.

Como o conjunto consistia em lotes e não em casas prontas, os removidos iam para alojamentos improvisados pela FSSF, permanecendo nestes até a construção dos cômodos de suas novas moradias. Nestes alojamentos, eles ouviam palestras educativas acerca de padrões de higiene e comportamento, “para que eles pudessem assumir sua melhoria de vida”⁴⁸, ou seja, isto revela também a continuidade da visão vertical e civilizadora dessas PHs. Aqui, vemos como essa política foi parcial, seletiva e agiu com descaso para com os transferidos. O governo municipal foi rápido em retirá-los de seus barracos no Arraial, mas não teve a preocupação de realocá-los em novas casas.

Nos alojamentos, os removidos recebiam, também, instruções de como erguer suas moradias ou até mesmo ganhavam ajuda para construí-las, no que se refere ao transporte de materiais de construção:

Na nova área, cada família disporá de um lote de terra de 10 metros de frente por 20 de fundos, onde poderá construir seu barraco da maneira como quiser, utilizando-se, inclusive do material retirado de sua antiga casa. A Fundação de Serviço Social, responsável pela execução do Plano, fornecerá

⁴⁶ Planta urbanística do Projeto Conjunto Habitacional Marechal Rondon. PMF – FSSF – SUMOV. s/d. Projeto aprovado pelo Engenheiro Pontes Vieira Filho. Documento disponível no acervo da extinta FSSF na atual HABITAFOR (Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza).

⁴⁷ *O POVO*. 15 de dezembro de 1971. p. 6.

⁴⁸ *O POVO*. 13 de novembro de 1971. p. 6.

transportes às famílias transferidas.⁴⁹

A nosso ver, era muito estratégico para os administradores de Fortaleza permitir que os moradores fossem livres para construir as suas casas como bem quisessem. Pois eles acreditavam que os removidos, ao edificarem suas próprias residências, estariam mais envolvidos e/ou animados com o novo local de moradia. Também sabemos que as políticas habitacionais intencionavam o lucro, mas o público desse conjunto não o garantiria. Ou seja, vender lotes e não se envolver financeiramente com as construções das casas, se não propiciava algum retorno financeiro, ao menos, não era oneroso e nem representava prejuízo aos cofres municipais.

A partir do momento em que saíam os casebres e também os moradores do Arraial Moura Brasil, já se dava início aos trabalhos de construção da Avenida Castelo Branco. A prioridade era remover os favelados da área que serviria à avenida e construí-la, pois realojar estes moradores não foi objetivo da política. Tanto que, as notícias, à época, relatavam e enalteciam quase exclusivamente as demolições dos casebres e a construção da Leste-Oeste. Há poucos relatos sobre a transferência de moradores do Arraial para o Conjunto Rondon e menos ainda sobre as condições urbanas deste. Ou seja, o que era mais importante para o governo e mais divulgado pela imprensa? Os benefícios trazidos para a cidade através da avenida.

Em uma entrevista ao *Correio do Ceará*, Aldaci Barbosa comentou que “desfavelar” “não quer dizer apenas transportar pessoas para lugares de melhor aparência. Mais que isso, é uma preocupação, um compromisso com o seu destino”.⁵⁰ A FSSF, mesmo depois da remoção, continuou a dar alguma assistência aos removidos. Isto, a nosso ver, transformou os sujeitos removidos em objeto de caridades, mantendo-os passíveis e conformados. O que dava a possibilidade dessa continuidade de ação para a Fundação eram os Centros Sociais Comunitários ou Centro Social Urbano (CSU), presentes em muitos conjuntos habitacionais da capital.

Esses centros foram propostos pelo BNH e, em seu discurso, tinham por finalidade “promover uma maior integração social nas cidades, através do desenvolvimento de atividades comunitárias nos campos da educação, cultura e desporto, da saúde e nutrição, do trabalho, previdência e assistência social e da recreação e lazer”.⁵¹ O CSU

⁴⁹ O POVO. 15 de dezembro de 1971. p. 6.

⁵⁰ Correio do Ceará. 03 de agosto de 1974. p. 3.

⁵¹ Decreto nº 75.922, de 1º de Julho de 1975. Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Centros

do Conjunto Marechal Rondon foi inaugurado em 27 de julho de 1974 e recebeu o nome do Presidente do BNH, à época, Dr. Rubens Vaz da Costa. Quando foi inaugurado, o Centro oferecia apenas o serviço de casulo⁵² e de colônia de férias, só depois passou a exercer outras funções na área de educação de crianças, jovens e adultos (MOBRAL) e prestou serviços de saúde. Supomos que a intenção de criar esses centros era para fazer deles, na prática, um espaço de projeção política.

Entretanto, a mesma prestigiada superintendente da Fundação do Serviço Social, acompanhando os trabalhos de desapropriações e demolições de casebres no Arraial Moura Brasil fala que “só pela extinção do ambiente a Leste-Oeste se justifica”.⁵³ Poderíamos interpretar esse comentário sob várias óticas diferentes, mas, ao que nos parece, ele traduz um pouco das expectativas criadas pelas classes altas, das pretensões modernizadoras dos políticos de Fortaleza e, até mesmo, expressa um pouco do que foi esse trabalho de remoção, realizado pela FSSF.

Uma obra viária como a Avenida Leste-Oeste era extremamente necessária a qualquer cidade que se pretendia moderna e desenvolvida, só esse motivo já seria uma grande justificativa política e urbana. Melhor ainda seria unir isto a um dos principais desejos da elite de Fortaleza, ter exclusividade espacial. Remover todo aquele ambiente indesejado da região central da cidade para dar lugar à artéria correspondia a essas duas ambições.

Pelo panorama municipal, a missão da Fundação era “esvaziar” a área prometida à Avenida Castelo Branco. Como eram cerca de duas mil e duzentas famílias, perfazendo um total de mais ou menos 13.000 pessoas, a remoção foi feita por etapas. As primeiras remoções e as obras iniciais da artéria se deram em janeiro de 1973:

Das 2.164 famílias que habitam na rota da projetada Avenida Leste-Oeste, cerca de 100 já foram transferidas para o Conjunto Rondon [...] a área em desapropriação abrange desde o princípio da Rua Barão do Rio Branco, por onde se iniciaram as demolições, até a Rua Marinho de Andrade, à altura da Escola de Aprendizes Marinheiros.⁵⁴

Em todas as etapas havia a presença de assistentes sociais da FSSF, de máqui-

Sociais Urbanos - CSU. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-75922-1-julho-1975-424462-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 12/07/2014.

⁵² Serviço que cuidava de bebês recém-nascidos e desnutridos.

⁵³ *O POVO*. 03 de fevereiro de 1973. p. 3.

⁵⁴ *O POVO*. 14 de fevereiro de 1973. p. 12.

nas e homens da SUMOV, de algum representante do prefeito ou dele próprio e da cobertura jornalística. Esta última fazia parte do plano do regime ditatorial, ao qual o Brasil estava submetido, de usar a imprensa a seu favor. No caso de Fortaleza, a propaganda feita pelos jornais a respeito da extinção do Arraial e da construção da Leste-Oeste (como de outras avenidas), serviu para enaltecer a imagem do Prefeito Vicente Fialho como um homem preocupado com o bem-estar da população marginalizada e, sobretudo, com o desenvolvimento urbano.

Feito o esvaziamento da área, começavam os trabalhos da SUMOV. Não nos interessa conhecer o processo de construção da artéria, mas sim o que ela significou para a cidade, quais benefícios trouxe e para qual público foram destinadas as suas vantagens. Já percebemos que a avenida era um dos símbolos de progresso urbano e de beleza na capital, também sabemos quais os proventos ela proporcionou às funções urbanas, de lazer e de turismo, veremos agora quem, de fato, usufruiu dos benefícios da Leste-Oeste, quando de sua inauguração, no final do ano de 1974.

Antes mesmo do início da construção da Avenida Castelo Branco, já estavam projetados alguns acessórios (equipamentos) para compô-la. Próximo à via, no Aterro entre a Praia de Jacarecanga e a Praia de Iracema, “[...] a Prefeitura executará nessa área um projeto de urbanização que prevê campos de esporte, áreas verdes, bares, restaurantes, parques de estacionamento, campos de aeromodelismo e modelismo naval e até um trenzinho para conduzir adultos e crianças [...]”.⁵⁵ Em consonância com isto, as margens da Avenida Leste-Oeste, depois de sua construção, foram postas à venda, revelando não apenas o interesse econômico da especulação imobiliária, mas também a maneira de revitalizar a área que, por tanto tempo, foi o chocante cenário de pobreza:

A EMURF⁵⁶ abriu sábado último, concorrência pública, para venda de 25 mil metros quadrados, às margens da Avenida Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, para a construção de hotéis, repartições públicas, empresas comerciais e centro de abastecimento, dentro do programa previamente traçado, para dar melhores condições àquela região a ponto de forçá-la a adquirir vida própria.⁵⁷

Os bosques, o “play-ground”, o Kartódromo Governador Cesar Cals, as ruas

⁵⁵ *O POVO*. 26 de outubro de 1971. p. 1.

⁵⁶ Empresa de Urbanização de Fortaleza.

⁵⁷ *Correio do Ceará*. 08 de outubro de 1974. p. 8.

comerciais, os bares e restaurantes modernos, os clubes, os grandes edifícios, os hotéis (um exemplo é o Marina Park, construído na década de 80), as lojas de artesanato, as livrarias, o anfiteatro, o campo de futebol, que também utilizavam para adestrar cães⁵⁸, entre outros estabelecimentos, serviram para “aumentar, ainda mais, o potencial turístico da mais nova área de lazer da capital cearense: a Avenida Leste-Oeste”.⁵⁹ Ou seja, todos estes equipamentos não foram planejados para o público fortalezense de baixo poder aquisitivo, muito menos para os ex-moradores do Arraial.

Contudo, o fato é que, com a remoção e a abertura da Avenida Castelo Branco, apagava-se um grande sinal de miséria e feiura do centro da capital. Isto não satisfazia apenas a questão viária ou a questão social, a artéria era o símbolo do progresso urbano, sinônimo de ordem espacial e beleza. Como comentamos, ela foi um dos legados deixados pelo período do “Milagre econômico” brasileiro e, sobretudo, é mais uma prova histórica de que o espaço urbano é constantemente reorganizado conforme as necessidades de alguma época e/ou de alguns setores da sociedade e de que nessa reorganização sempre haverá os beneficiados e, principalmente, os excluídos.

O principal aspecto dessa exclusão, além da retirada e do afastamento de pessoas pobres do centro da capital, como forma de desenvolver a infraestrutura da cidade e “limpar” os vestígios de miséria e desarmonia urbana, foi negar aos antigos moradores do espaço em que foi posta a avenida, o usufruto de seus benefícios. A Leste-Oeste privilegiou apenas uma pequena parcela da sociedade fortalezense (a elite), quando de sua construção, em meados dos anos 70. Foi vantajosa também para o crescimento do turismo, pois ela mesma era uma atração, com seus viadutos e possibilidades de ver a paisagem praiana.

Nas palavras do Programa Integrado de desfavelamento, a suntuosa artéria substituiu, com louvor, um dos locais mais socioeconomicamente deficientes de Fortaleza e, assim, eliminando o que era visto como “a parte feia” da região central e próxima das áreas nobres da cidade, fez ressurgir a beleza e a harmonia urbana, pretendida pelo PLANDIRF. Com a sua construção, foram implantados os objetivos viários, turísticos e paisagísticos da cidade. Mas, e quanto a sua função social? Segundo os jornais, sua realização, juntamente com as PHs e o Programa de desfavelamento, tam-

⁵⁸ *Correio do Ceará*. 02 de março de 1974. p. 3.

⁵⁹ *Correio do Ceará*. 22 de março de 1974. p. 3.

bém significava dar melhores condições de moradia para os seus ex-moradores. Isso ocorreu?

Referências

BRUM, Mario. Favelas e remocionismo ontem e hoje: da Ditadura de 1964 aos grandes eventos. **O Social em Questão**, ano XVI, nº 29, p. 179-208, 2013.

CANO, Wilson. Milagre Brasileiro: antecedentes e principais consequências econômicas. In: Seminário 40 anos do golpe (1964-2004): ditadura militar e resistência no Brasil, 2004. Rio de Janeiro/RJ. **Anais...** Rio de Janeiro/RJ: UFRJ, UFF, CPDOC, APERJ, 2004.

CEARÁ, Governo do Estado. **As migrações para Fortaleza**. Secretaria de Administração. Fortaleza-Ceará, 1967.

JALES, Paula R. da Silva. **Uma mulher na gestão pública: o caso de Aldaci Nogueira Barbosa**. 1. ed. Fortaleza: EDUECE, 2012.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza (1945-1960)**. São Paulo: Annablume, 2003.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LINHARES, Paulo. **Cidade de água e sal: por uma antropologia do litoral Nordeste sem cana e sem açúcar**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1992.

MAXIMO, Rérisson e LOPES, João Marcos de Almeida. Produção habitacional e expansão periférica do espaço urbano metropolitano: a construção dos conjuntos-bairros em Fortaleza. In: XV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional 2013. Recife/PE. **Anais...** Recife/PE: ENANPUR, UFPE, 2013.

_____. **Moradia, arquitetura e cidade: mudanças e permanências na produção de habitação social no espaço urbano metropolitano de Fortaleza**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Carlos, 2012.

MOTA, João Nogueira. **Fundação de Serviço Social de Fortaleza: dezoito anos de política social**. Fortaleza, 1982.

MOUTA, Limária Araújo. **Conjunto Esperança: estética, consumo e ascensão social em Fortaleza (1980-2010)**. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual do Ceará – UFC, Fortaleza, CE, 2012.

VALLADARES, Lícia do Prado. **Passa-se uma casa**. Análise do programa de remoção de Favelas do Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

Artigo recebido em 05.10.2016 e aprovado em 30.01.2017.